

FOLHA DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

I HISTÓRICO

Saiba como foi a luta pela nossa data-base



Na imagem, o Líder da Oposição exibe as 31 assinaturas de deputados, o suficiente para aprovar os 2,76% para o pessoal do Poder Executivo. A Folha do SINDISEAB fez um resumo das principais atividades do Fórum das Entidades Sindicais em prol da reposição salarial dos servidores. Entre os meses de maio e julho, o SINDISEAB e os demais sindicatos do FES atuaram firme e incansavelmente durante cerca de 50 dias. Confira na **página 03**.

I URGENTE

Governo quer mudar plano de custeio da ParanaPrevidência outra vez

Ao mesmo tempo em que deu o calote nos servidores, o Governo Cida mandou para a Assembleia Legislativa um projeto de lei para alterar a lei que regulamenta a arrecadação de recursos para o Fundo Previdenciário, sem discutir previamente com os sindicatos. O FES está de olho. Leia na **página 04**.



EDITORIAL

I O ÚLTIMO SUSPIRO!

Cida entra para a História como caloteira e desonesta!

Governo diz que recursos para honrar a data-base dos servidores são "margem de erro", um "suspiro" para suas contas. Oposição acusa que o dinheiro está sendo usado para campanha eleitoral.

Perdeu a oportunidade – desde o início de seu governo, Cida Borghetti teve a chance de se mostrar "diferente" de Beto Richa. Não conseguiu. Isto porque, de fato, ela faz parte do mesmo grupo político-familiar que deu o golpe no país para retirar direitos da população e destruir os Serviços Públicos.

Ao mandar para a ALEP sua proposta indecorosa – de 1% para o funcionalismo do Poder Executivo enquanto os outros poderes receberiam 2,76% –, Cida mostrou que segue a mesma linha política de seu antecessor, de quem queria se desvincular. Isto porque ele ficou famoso pela crueldade contra os servidores públicos e pelo calote (e também por corrupção). Antes disso, tentou forjar incapacidade financeira do Estado. O que foi desmentido pelo FES.

Ao retirar o PL da data-base da ALEP, quando viu que ia perder na votação,



Diga-me com quem andas, que te direi que és!

A imagem é da festa de aniversário do Líder do Governo na ALEP, em 04 de junho de 2018, quando já negociávamos a data-base. No canto esquerdo está **Ricardo Barros**, marido da governadora e ex-ministro da Saúde, responsável

pelo desmonte do SUS. No centro, **Cida e Richa**, juntos! Ao microfone, **Pedro Lupion**, o aniversariante, que é filho do ruralista e Secretário de Logística e Infraestrutura do Governo Borghetti, **Abelardo Lupion** (no canto direito).

deixando para "depois das eleições", a governadora aposta na "memória curta" do eleitorado paranaense. Ela acredita que a população nem vai notar que o calote na reposição salarial faz parte do plano de destruição dos Serviços Públicos.

"Enrolação, enganação, mentiras" – é o que disse o deputado Nereu Moura (MDB) sobre a manipulação dos números pela SEFA. "Este dinheiro está sendo usado para fazer campanha", denunciou,

"os servidores estão bancando a campanha" (para reeleição da governadora).

Iniquidade – o termo significa "maldade" ou algo que é "errado". Ser iníquo, é ser contrário à equidade. É tratar alguns como se fossem superiores aos outros. Ao concretizar o calote, a governadora está cometendo um erro político; um erro estratégico; um erro moral! Está sendo injusta! Está sendo iníqua!

E, certamente, pagará caro nas urnas!



O Governo do Paraná está devendo a reposição de 11,53% para os salários dos servidores do Poder Executivo.

O percentual se refere à inflação de janeiro de 2016 a maio de 2018 + 1% de perda de massa salarial do ano de 2015.

I BATALHA NA ALEP

Mobilização dos servidores adia votação de reajustes por três vezes

A oferta de apenas 1% para a reposição salarial para o funcionalismo do Poder Executivo, ante uma corrosão inflacionária de quase 12% e a discriminação perante os demais setores que receberão 2,76% gerou indignação, decepção e inconformismo geral. Tal proposta foi considerada por todos, no mínimo, indecente!

Provocação – os deputados de oposição consideraram 1% como uma “tentativa de humilhar” os servidores públicos do Paraná, uma “provocação”. Na tribuna da ALEP, o deputado Professor Lemos (PT) declarou que 1% é para “passar a ideia de que está respeitando a data-base, mas não está!”

Por diversas vezes, os servidores públicos de todas as regiões do estado lotaram as galerias da Assembleia Legislativa do Paraná para cobrar o cumprimento da Lei-PR 15.512, de 31 de maio de 2007 (confira na matéria ao lado). Tal lei regulamentou o Art.37 - Inciso X da Constituição instituindo o pagamento da reposição da inflação - medida pelo IPCA - para os servidores públicos estaduais, em 1º de maio de cada ano. Então, o IPCA dos últimos 12 meses é de 2,76%, não de 1%!

Ferindo a alma – o deputado Péricles de Mello (PT) definiu: “é questão política e ideológica”. Segundo ele, “o SISTEMA NEOLIBERAL não precisa mais do servidor público”. O deputado afirma ter “visão clara de desmantelamento do serviço público porque o servidor é a alma do Serviço Público”.

“Está na pauta, vamos votar”, disse o deputado Anibelli Neto (MDB) ao anunciar a coleta de 31 assinaturas de deputados estaduais para a correção dos salários dos servidores do Poder Executivo em 2,76%, em 04 de julho. No mesmo dia, o deputado Requião Filho denunciou manobras regimentais da base de Cida Borghetti. “É realmente uma vergonha o que acontece na Casa”, declarou. Segundo ele, a CCJ foi cancelada “sem nenhuma explicação, porque o governo ia perder a votação.” Os deputados governistas ficaram do lado de fora do plenário para não dar quórum. “A base governista quer deixar votação da data-base para depois das eleições!”, denunciou. **Assista aqui.**

E, de fato, numa atitude desonesta, a governadora retirou o PL da pauta da Assembleia Legislativa. Mas, em agosto, acaba o recesso da ALEP e a luta continua!

Nota: os links estão ativos na versão online disponível no site: sindiseab.org.br

I O XADREZ DOS NÚMEROS

Governo diz que não tem dinheiro, mas FES comprova que o que falta é vontade política

Como num jogo de gato e rato, a SEFA do Governo Cida Borghetti esconde e manipula os números para justificar o calote nos servidores do Poder Executivo.



Em 26 de junho, os coordenadores do FES, acompanhados por dirigentes dos sindicatos e do assessor econômico, Cid Cordeiro, duelaram com os técnicos do governo, comprovando que há, sim, recursos suficientes para o pagamento da data-base integral para os servidores vinculados ao Poder Executivo. Quando chegou o momento do xeque-mate, acabou a reunião!

Não tem desculpa! Se tem dinheiro e não quer pagar, é calote!

No ano passado, o FES já afirmava que a Lei Orçamentária Anual (LOA), apresentada pelo governo, estava estimando R\$ 2,9 bilhões a menos na arrecadação prevista para 2018. O então Governo Richa (nunca mais!) afirmava que o FES estava errado, mas no 1º quadrimestre deste ano, incluiu os tais R\$ 2,9 bi na prestação de contas.

Mesmo assim, o Governo Cida Borghetti puxa para baixo a expectativa de receita para 2018. Compare os números (arredondados) da estimativa de arrecadação do Estado do Paraná para este ano:

*** cálculos do FES:**
R\$ 37.400.000,00, no mínimo.
*** contas da SEFA:**
R\$ 36.600.000,00

Então, a diferença é de **R\$ 800.000,00, no mínimo.**

E a Lei de Responsabilidade Fiscal? Quando o governo subestima a arrecadação, faz parecer que o comprometimento do percentual destinado aos salários e benefícios dos servidores é maior do que realmente é! No caso dos estados, o limite prudencial é de 46,55% e o limite máximo é de 49%.

Manipulando os números – se a arrecadação em 2018 for de R\$ 36,6 bi, como alega o governo, o percentual de despesas com o funcionalismo seria de 48,65% da Receita Corrente Líquida. No entanto, se considerarmos os números corretos, calculados pelo FES, este percentual cai para 46,36%, abaixo do limite prudencial.

Afinal, onde estão os recursos?

*** R\$ 200.000,00** - aumento de 16% na conta de luz (mai-dez/2018);
*** R\$ 500.000,00** - média do incremento do ICMS sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis (mai-dez/2018), este recurso extra pode chegar a R\$ 700 milhões;
*** R\$ 400.000,00** - incremento de 6% na arrecadação por conta da atividade econômica aquecida;

*** R\$ 200.000,00** - terço de férias do magistério estadual a ser pago em janeiro/2019. Tradicionalmente, há 40 anos, o benefício é pago em janeiro de cada ano, mas, em 2017, o terço de férias do magistério foi antecipado para dezembro pelo Governo Richa (nunca mais!) porque “sobrou” dinheiro em caixa.

Ou seja: está sobrando aproximadamente R\$ 1.300.000,00 (R\$ 1,3 bi), mais do que suficiente para fazer o pagamento dos 2,76% para todos os servidores do Poder Executivo, sobre salários, gratificações e adicionais para todos os servidores ativos, temporários, aposentados e pensionistas.

Suspiro? Quando o FES comprovou, na ponta do lápis, de onde viriam os recursos para o pagamento integral dos 2,76% para todos os servidores do Poder Executivo, incluindo aposentados, gratificações e outros benefícios, a SEFA encerrou a reunião alegando que tais recursos seriam a “margem de erro”, o “suspiro” do governo!

Comprovou-se, então, que a decisão da governadora, que em última análise é a responsável pelo Estado, é essencialmente política, ética e moral!
A resposta virá nas urnas!

Imagens: assessorias dos sindicatos, dirigentes sindicais e prints de vídeos.



22 de maio - sindicatos promovem mobilização pela data-base e pela ParanaPrevidência no Centro Cívico, enquanto, em audiência com o FES, SEAP e Liderança do Governo prometem “sair do reajuste zero” e anunciam aporte de recursos para a ParanaPrevidência (saiba mais na página 04).



I CRONOLOGIA

Confira o passo a passo da luta para garantir os direitos dos servidores

Persistência, estratégia e articulação política fazem parte do duro embate pela conquista da data-base. Dirigentes sindicais experientes, assessoria qualificada e apoio das categorias de base são fundamentais para enfrentar o descaso do governo.

28 de maio - FES conquista a retirada do Artigo 33 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. O texto previa que os reajustes não poderiam acontecer enquanto não fossem implantadas e pagas todas

as promoções e progressões devidas aos servidores civis e militares, e os condicionava ainda à disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, nos mesmo moldes de Beto Richa (nunca mais!).

29 de maio - servidores e dirigentes sindicais do FES marcam presença na CCJ cobrando isonomia. CCJ aprova o reajuste salarial de 2,76% para os servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, menos para o Poder Executivo por falta de mensagem da governadora.

30 de maio - em audiência pública para prestação de contas do 1º quadrimestre, governo sinaliza a intenção de dar o calote na nossa reposição da inflação.



05 de junho - dirigentes do FES fazem plantão na ALEP, percorrendo gabinetes dos deputados com estudos econômicos que comprovam que o governo tem dinheiro para pagar a data-base.

06 de junho - diante da ausência de mensagem de projeto de lei prevendo reposição da inflação para servidores do Poder Executivo, FES convoca servidores e resolve acampar na Praça 29 de Abril, em frente à sede do governo.

11 de junho - com as galerias lotadas de servidores do Poder Executivo, presidente da ALEP suspende votação de reajuste de 2,76% para servidores dos poderes Legislativo e Judiciário. Início do acampamento do FES.



18 de junho - FES retoma acampamento em frente ao Palácio Iguazu. Governadora recebe dirigentes do FES e projetos de lei com reajuste para os demais poderes são suspensos outra vez. Assista o relato da reunião [aqui](#).

21 de junho - em reunião com a SEFA, FES apresenta números que comprovam caixa para pagamento da data-base. SEFA alega ausência de técnicos da Receita Estadual.



25 de junho - governadora anuncia percentual de 1% e envia mensagem para a ALEP. Dirigentes do FES permanecem em plantão por 10 horas seguidas dentro do Palácio Iguazu, enquanto isso, do lado de fora, servidores retomam acampamento.



26 de junho - Tadeu Veneri (PT) pede vistas do PL na CCJ; enquanto, em reunião com o FES, SEFA confessa ter receita suficiente para pagar a data-base ([assista aqui](#)) à tarde, com galerias lotadas de servidores, reajustes para demais poderes são retirados da pauta da ALEP pela terceira vez.

03 de julho - pressionada, a governadora envia outra mensagem à ALEP (nº 31/18) estendendo o 1% para adicionais e gratificações e incluindo comissionados e servidores com contrato temporário que estavam inicialmente excluídos; mas mantendo o pagamento retroativo a 1º de junho.

04 de julho - percebendo a derrota, os deputados governistas esvaziaram as comissões internas para que não emitissem pareceres sobre o PL 361/18 e a mensagem 31/18 (PL substitutivo geral). Depois

de grande articulação política dos dirigentes do FES, a oposição angariou 31 assinaturas de deputados estaduais para uma emenda aditiva estendendo o índice de 2,76% também para o funcionalismo do Poder

Executivo, igualando-os com os demais. À tarde, a bancada governista se ausentou do plenário e a governadora mandou outra mensagem retirando Regime de Urgência do trâmite do PL da data-base.

09 de julho - PL da data-base é aprovado nas comissões da ALEP, com 1% de reajuste. No plenário, deputados da oposição apresentaram a emenda para subir o percentual para 2,76% e retroagir o reajuste a 1º de maio.



Após o anúncio do calote, servidores ocuparam o gabinete da Liderança do Governo.

10 de julho - governadora decide dar o calote de forma desonesta: retira o PL da data-base dos servidores do Poder Executivo da pauta da ALEP, deixando a discussão para depois das eleições.

I PARANAPREVIDÊNCIA

Novo plano de custeio já está na ALEP

Depois do calote, os dirigentes do FES receberam com apreensão a notícia de mudanças na legislação que rege a ParanaPrevidência. A comissão de Previdência do FES está analisando a Nota Técnica e o projeto de lei.



O próprio Beto Richa admitiu um rombo atuarial de R\$ 16,59 bilhões no Fundo de Previdência dos servidores estaduais do Paraná, considerando a projeção até 2094. Mas só admitiu isso depois de deixar o cargo, como quem joga uma bomba no colo de sua sucessora.

Em audiência com o FES, em 22 de maio, no miniauditório do Palácio das Araucárias, o Secretário de Administração e Previdência do Estado do Paraná, Fernando Ghignone, afirmou que o governo pretende fazer um aporte de recursos para o Fundo Previdenciário. Segundo o secretário, o novo cálculo atuarial e proposta de pagamento das dívidas do governo seriam submetidos à apreciação dos conselhos e encaminhados para a ALEP, na forma de um projeto de lei. O FES reivindicou acesso aos números para estudo prévio.

No mês de junho, os conselhos aprovaram as contas do 1º trimestre da ParanaPrevidência. O voto dos conselheiros representantes dos servidores foi contrário outra vez. Diante do déficit atuarial de

R\$ 16,5 bi, o FES tem cobrado a elaboração de um novo plano de custeio. Em 22 de maio, o governo chegou a prometer que faria aportes ao Fundo Previdenciário.

Em 10 de julho, o governo chamou os representantes dos servidores na ParanaPrevidência para apresentar o novo plano de custeio que já estava sendo encaminhado para a ALEP, novamente sem a discussão necessária ou tempo hábil para análise prévia. Nem sequer o texto completo da Nota Técnica não foi repassado a princípio. Os conselheiros tiveram que requerê-lo depois da reunião!

Veja [aqui](#) como o nosso representante relatou o caso.

Mais calote “De forma ainda preliminar, o PL deixa claro a retirada do governo sobre a contribuição patronal da parte dos/as aposentados/as e pensionistas. Além da não contribuição, anistia o calote dos valores devidos desde janeiro de 2015”, diz trecho da Nota Pública do FES sobre o novo plano de custeio, [\(leia aqui\)](#). No dia 19 de julho, as lideranças do FES se reuniram em Curitiba [\(leia aqui\)](#).



Servidores reprovam balanço de 2017

Como o governo mantém maioria das cadeiras no Conselho de Administração, as contas foram aprovadas por 06 a 04, em 24 de abril. Mas, nossos representantes fizeram questão de declarar voto desaprovando o balanço/2017 por uma série de motivos.

“O Governo deixou de cumprir parte das obrigações previstas nos cálculos atuariais e que embasaram as informações fornecidas na referida mensagem e que vem contribuindo para a crescente descapitalização do fundo previdenciário, impactando no desequilíbrio financeiro e atuarial.

De uma expectativa inicial de solvência de 29 anos, já estamos, segundo a última Nota Técnica Atuarial, em 19 anos. Esta expectativa tende a baixar ainda mais, pois esta previsão considera as transferências parciais da

contribuição patronal sobre os aposentados e pensionistas, reconhecido nos balancetes, mas não pagos pelo Governo”, diz trecho da declaração de voto. Leia documento completo [aqui](#).

Pela metade - o Fundo Previdenciário deveria ter em caixa cerca de R\$ 14 bilhões, mas tem pouco mais de R\$ 7 bi. O desfalque é de R\$ 6,7 bilhões:

* **R\$ 6,1 bilhões** por conta da segregação de massas que repassou 33.500 aposentadorias e pensões que eram custeadas pelo Tesouro do Estado para a folha da ParanaPrevidência.

* **R\$ 304 milhões** referentes ao calote na contrapartida patronal de inativos e pensionistas.

* **R\$ 166 milhões** em créditos a receber.

* **R\$ 89 milhões** da taxa de administração devida ao Fundo de Previdência.

Confira a lista dos deputados que defenderam os servidores em 29 de Abril de 2015

Adelino Ribeiro (PSL)
Ademir Bier (MDB)
Anibelli Neto (MDB)
Chico Brasileiro (PSD)
Evandro Araújo (PSC)
Gilberto Ribeiro (PSB)
Gilson de Souza (PSC)
Marcio Pacheco (PPL)
Marcio Pauliki (PDT)
Nelson Luersen (PDT)

Nereu Moura (MDB)
Ney Leprevost (PSD)
Palozzi (PSC)
Pastor Edson Praczyk (PRB)
Péricles de Mello (PT)
Professor Lemos (PT)
Rasca Rodrigues (PV)
Requião Filho (MDB)
Tadeu Veneri (PT)
Tercílio Turini (PPS)

LEGADO DE BETO RICHA

* **Lei 17.435/12** - governo aumenta a contribuição previdenciária dos servidores ativos para 11%.

* **Lei 17.633/13** (de 26/07/13) parcelou uma dívida de R\$ 600 milhões com o Fundo Previdenciário (FP), em 60 meses, pagando IPCA mais juros de 5,5% aa. Faltam ser pagas 05 parcelas.

* **Lei 18.370/14** - Richa taxa aposentados e pensionistas, em 11%, sobre o que exceder o teto do INSS (hoje R\$ 5.645,00).

* **Lei 18.469/15** - transfere 33.500 aposentados e pensionistas (com 73 anos ou mais) do Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência. Apesar de nunca terem contribuído com o FP, as aposentadorias e pensões destes servidores custam R\$ 145 milhões por mês (R\$ 1,8 bi ano).

* Richa transferiu a manutenção da ParanaPrevidência para o Fundo de Previdência, a Taxa de Administração tem um custo de R\$ 64 milhões ano.

* O último ato de seu desgoverno foi entrar com ação na Justiça para tentar se eximir do calote da contrapartida patronal da contribuição de aposentados e pensionistas.



Foto: www.noticiasamintuto.com.br